

# Ajuste também envolve cortes no Orçamento

Além da CPMF e da contribuição dos servidores públicos, os deputados e senadores que começam a trabalhar amanhã durante a convocação extraordinária também terão a missão de aprovar o Orçamento Geral da União para este ano, como um dos itens do programa de ajuste fiscal. Só com o Orçamento, o Governo pretende economizar R\$ 8,7 bilhões, dos R\$ 28 bilhões previstos no ajuste fiscal.

Os atuais congressistas também deverão analisar os projetos que regulamentam a reforma administrativa, entre eles, os que estabelecem a demissão por insuficiência de desempenho dos servidores públicos e exc-

so de quadros, permitindo que os Estados e municípios se adaptem às regras da Lei Rita Camata, que limita os gastos com o funcionalismo público em 60% de suas receitas líquidas.

Ciente das dificuldades que terá no Congresso, o presidente Fernando Henrique deu ao novo Ministério de seu segundo mandato a incumbência de aprovar a proposta de ajuste fiscal, e admite que poderá remanejar os ministros conforme o desempenho deles. "Os ministros são responsáveis pelo resultado do Governo no Congresso", disse o Presidente, há duas semanas, quando divulgou os nomes dos novos ministros. Na ocasião,

Fernando Henrique advertiu que irá demitir os ministros dos partidos aliados que votarem contra o Governo. "Vamos encontrar tempo para o Congresso pois sem a aprovação do ajuste o novo Governo começará mal", alertou o futuro ministro do Trabalho, Francisco Dornelles. Ele estará presente ao plenário durante as votações mais importantes.

Paralelamente às medidas de ajuste fiscal, o presidente Fernando Henrique também terá de contornar as resistências para a aprovação do projeto que cria o Ministério da Defesa. Os parlamentares prometem modificar a proposta enviada pelo Governo,

aumentando os poderes do novo ministro extraordinário da Defesa, Elcio Álvares. A proposta que cresce entre os parlamentares, tanto da base aliada como de oposição, é deixar de fora da composição do Conselho de Segurança Nacional os futuros comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica. Fernando Henrique quer pressa na aprovação do projeto de criação do Ministério da Defesa mas, antes dele começar a ser analisado, o relator Benito Gama (PFL-BA) será substituído porque foi escolhido para integrar o secretariado do governador da Bahia, César Borges.